



ANGOLA

Savimbi continua sendo empecilho para a paz

O "memorando de explicações" preparado pelos mediadores do processo de negociação de paz que estão reunidos em Abidjan (Estados Unidos, Rússia e Portugal) não teve o acordo das delegações do governo de Angola e da Unita. Não havendo acordo, o assunto volta à consideração do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que, aliás, já aprovou duas resoluções – a 801 e 814 – condenando a ação militar da Unita e propugnando um cessar-fogo.

Mas, afinal, quais são, no essencial, as posições de Luanda e dos rebeldes? Até a semana passada, o que o governo angolano propunha era a cessação imediata das hostilidades e o cessar-fogo definitivo em 30 dias. Paralelamente, e sob a supervisão da ONU, decorreria o desarmamento e a desmobilização nos dois lados de militares que não viessem a compor o exército nacional único, as Forças Armadas de Angola (FAA). Esse processo deveria estar concluído em 90 dias

e, a partir de então, a Assembléia Nacional convocaria o segundo turno das eleições presidenciais.

A Unita tem resistido a essa proposta, que, no entanto, é uma retomada dos Acordos de Bicesse. Ela tem pretendido tão-somente uma suspensão das hostilidades, com cada parte mantendo sua posição militar no terreno, cabendo aos "capacetes azuis" da ONU garantir a manutenção desse *statu quo*. Segundo os rebeldes, "Bicesse descarrilou" e é necessário corrigir esses "desvios". Assim, somente após as "correções" viriam o cessar-fogo e as eleições presidenciais "em outros moldes".

Diante do impasse, o presidente José Eduardo dos Santos anulou unilateralmente o artigo dos Acordos de Bicesse que proibia aos signatários receber auxílio militar externo. O governo angolano afirma ter o direito de "defender a soberania do Estado, do povo e da democracia, ameaçados pela

ambição de Jonas Savimbi". Isso, na prática, deve significar a intensificação da compra de armamento, desta vez possivelmente de forma direta, o que diminui o preço.

Um deputado angolano que contactei no dia 1º de maio mostrou-se completamente incrédulo quanto às possibilidades de uma paz duradoura com a Unita enquanto ela for dirigida por Savimbi. Feita essa avaliação, ele enumerou as medidas que as forças governamentais estão tomando, sobretudo no Norte. Elas procuram tirar do controle dos rebeldes as áreas diamantíferas das Lundas, retomar a base de Negage e inibir qualquer pressão da Unita sobre as áreas petrolíferas. Por outras palavras: cortou as fontes financeiras internas de Savimbi – o contrabando de diamantes e a chantagem do petróleo, isto é, uma espécie de "venda de proteção" às companhias estrangeiras desse setor.

José Maria Nunes Pereira

NESTA EDIÇÃO

ÁFRICA DO SUL:

- O controlo das emoções (Pág. 3)
- A autoridade do "Presidente" Mandela (Pág. 4)
- Depois da tempestade (Pág. 4)
- Tambo não viu o poder negro (Pág. 5)
- O homem que salvou o ANC (Pág. 6)

ANGOLA:

- Unite pede um dia de reflexão (Pág. 6)
- Unita recusa visita ao Huambo (Pág. 6)

- Governo e Unita à beira da ruptura (Pág. 7)
- Mediadores formulam proposta de compromisso (Pág. 7)
- Avião sul-africano deu apoio ilegal à Unita (Pág. 7)
- A cada um a sua paz (Pág. 8)
- Luanda desmente armas proibidas (Pág. 8)
- Luanda anula cláusula de Bicesse (Pág. 9)
- Houphouet-Boigny quer tentar cimeira (Pág. 10)

MOÇAMBIQUE:

- Viagem até ao fim da picada (Pág. 10)
- Seis meses de atraso (Pág. 11)
- O circo da Pousada Azul (Pág. 12)
- Um dia esta gente perde a cabeça (Pág. 12)
- O comboio apitou três vezes (Pág. 13)

GUINÉ-BISSAU:

- Líder da oposição permanece detido (Pág. 14)
- Libertação em Bissau (Pág. 14)

MOÇAMBIQUE

Muitos perigos ainda rondam a paz

As posições do governo e da Renamo coincidem quando afirmam que a pré-condição para o avanço das conversações nas diversas comissões estará no completo desarmamento, acantonamento e formação das forças armadas unificadas. Mas, se prosseguirem as atuais exigências da Renamo, essa pré-condição será um problema ainda maior. Além de carros, casas amplas e alimentação, há a insistência da organização de Dhalakama em receber financiamentos prometidos por organismos internacionais para auxiliar a transformação do agrupamento militar em partido político. Por sinal, os demais partidos, legalizados ou não, já necessitam de fortes apoios financeiros para se organizarem.

Diante das diversas dificuldades, é quase certo que tenhamos nas futuras eleições uma acirrada bipolarização entre a Frelimo e a Renamo. As precauções que os mediadores tomam no atual momento são, portanto, fundamentais. Pois é crucial o total desarmamento e acantonamento das forças que durante anos polarizaram o país. A chegada e o início das funções atribuídas aos cerca de oito mil "capacetes azuis" da ONU é uma exigência urgente para que se possa pensar em projetar a possibilidade das eleições gerais ainda em 1994.

As tropas e suas armas serão pesadelos que atormentarão o país durante certo tempo. Mas há ainda a fome, a subnutrição, doenças (principalmente as que acometem as crianças). O país

está sem recursos e subjugado a inúmeros problemas difíceis e de tratamento demorado.

Destacamos a questão da reinstalação e reinserção social de milhares de homens desmobilizados, deslocados e mutilados. Entre eles facilmente se reproduzem a fome e a falta de dinheiro, de calçados, de escolaridade. Sentem-se descontentes, desempregados, abandonados e banidos pelas instituições do Estado. São donos do fogo e do pavio da revolta e do desespero e se mobilizam em associações de reivindicação e oposição ao governo. Este argumenta que há falta de recursos. Aqueles responsabilizam a chaga da corrupção pela situação crítica em que tentam sobreviver.

No fundo, a guerra agudizou a devastação da sociedade moçambicana. A subproletarização das classes médias nascentes, e sobretudo das camadas mais desfavorecidas, tem relação direta, mas não exclusiva, com a redução da capacidade de intervenção estatal em investimentos sociais (saúde, educação, justiça, saneamento, moradia etc.) A frustração geral poderá ser alimento farto para fanatismos, fundamentalismos, revanchismos... Na mesma esteira do futuro, caminham os ideais democráticos e individualistas, do pluralismo político, do fortalecimento da sociedade civil. E infelizmente, há o temor de haver algumas colisões.

Edson Borges

FAÇA JÁ SUA
ASSINATURA



Uma seleção criteriosa de recortes, precedida de comentários, das principais notícias sobre os países africanos de língua oficial portuguesa e sobre a África Austral publicadas em jornais e revistas.

LIGUE PARA 531-2000
(R. 259)
OU PARA 531-2636

ÁFRICA DO SUL

Ocidente avalia peso de comunistas no ANC

O comportamento do ANC durante a crise violenta das últimas semanas na África do Sul evitou o inteiro descontrole social. O desaparecimento recente de importantes integrantes da cúpula do movimento, líderes históricos, não significa o abandono da opção moderada agora característica no ANC. Pelo contrário, no caso de Chris Hani, serviu para evidenciar a firmeza e o amadurecimento de seus líderes. Aliás, o próprio Hani, notabilizado por sempre haver defendido as estratégias de ação direta, já havia experimentado essa conversão.

A cúpula do ANC sinalizou sua aposta nas negociações políticas. As eventuais vitórias deverão ser obtidas através do diálogo. Não obstante, para mitigar o ímpeto das bases do movimento, estão sendo estudadas medidas configurando uma política de desobediência civil. O objetivo é adiantar os prazos previstos inicialmente no calendário da transição política, mais especificamente a data de realização das eleições multirraciais para a formação de um congresso constituinte. Trata-se de uma movimentação absolutamente necessária da cúpula. Afinal de contas, tão marcantes quanto as duas aparições de Mandela na televisão conclamando por paz, devem ser levados em conta também os episódios nos quais os líderes do ANC foram literalmente ignorados pela massa enfurecida.

As repercussões internacionais da postura moderada do ANC ainda não foram analisadas, mas parece óbvia a diminuição das resistências e temores quanto ao perfil de um hipotético governo Mandela. No entanto, as potências ocidentais avaliam o real peso do partido comunista sul-africano no interior do ANC. A raridade de um partido comunista ainda forte parece assustar esses países.

Roquinaldo Amaral Ferreira

África do Sul evitou o pior no funeral de Chris Hani

PÚBLICO, 20 4 93

Steven Lang*, em Joanesburgo

O controlo das emoções

* com Reuters e France Presse

A República da África do Sul soube ontem controlar as suas emoções, conforme lhe foi pedido pelo Presidente Frederik de Klerk. O funeral de Chris Hani decorreu de uma forma relativamente calma; e a grande expectativa reside agora na resposta às exigências do ANC para que sejam marcadas quanto antes as eleições para a Assembleia Constituinte.

O secretário-geral do Partido Comunista Sul-Africano, Chris Hani, assassinado no dia 10, foi ontem à tarde finalmente enterrado, sem que a cerimónia tivesse dado origem a actos de violência tão graves quanto o que se havia chegado a temer. Mas mesmo assim, na noite anterior tinha havido 19 mortos na localidade de Sebokeng, uns 60 quilómetros a sul de Joanesburgo, e por altura do funeral contaram-se mais seis.

Um guerrilheiro do Umkhonto We Sizwe, o braço armado do Congresso Nacional Africano (ANC), disparou quatro tiros para o ar antes de o caixão descer à cova; e muitos simpatizantes do movimento o imitaram, até haver sido pedido por um dirigente do mesmo grupo que não fossem feitos mais disparos.

Antes disso, seis combatentes da antiga guerrilha urbana, devidamente uniformizados, tinham depositado os restos mortais de Hani junto à cova aberta na erva verde do cemitério de Elspark South, perto do bairro de Boksburg onde o crime se deu num sábado de manhã. E tanto a família como o presidente do ANC, Nelson Mandela, haviam lançado cravos vermelhos sobre a urna.

As perto de 6.000 pessoas presentes entoaram o hino da

guerrilha e gritaram; de punho erguido, "Amandla, Amandla", "O poder para o povo", velha palavra de ordem do ANC, que desde 1912 luta para acabar com o apartheid na África do Sul e instituir um sistema em que todos tenham direito de voto.

Da parte da manhã, o caos e a confusão tinham rodeado o estádio do Soweto, a mais de 40 quilómetros, onde o corpo de Chris Hani se encontrava desde a véspera em câmara ardente. Edifícios incendiados, tiros de armas automáticas e granadas de gás lacrimogéneo faziam reacear o pior, mas os apelos à calma acabaram por sortir efeito. E ao fim do dia o balanço feito pela polícia não ia além dos seis mortos, incluindo dois brancos queimados vivos num prédio a que fora pegado fogo.

Enquanto no interior do estádio cerca de 100.000 pessoas excediam a lotação, cá fora havia militantes do ANC a correr em todas as direcções, por entre as sereias das ambulâncias e o fumo dos incêndios, alguns deles no recinto do vizinho Rand Show, a Feira da Páscoa que anualmente atrai a Joanesburgo muitos milhares de forasteiros e que desta vez tivera de encerrar um dia mais cedo.

Pedras, granadas de gás lacrimogéneo e tiros foram utilizados nos recontros entre os manifestantes e a polícia. E o balanço dos diversos actos de violência

dos últimos 10 dias subia ontem à noite a perto de 60 mortos, incluindo sete brancos.

Temia-se forte efusão de sangue se os manifestantes que se incorporaram no funeral tentassem atacar residências de brancos na zona de Boksburg/Germiston, mas até ao fim da tarde não havia notícia de confrontos em larga escala. Apenas a France Presse noticiou pelas 16h33 (hora local igual à de Lisboa) que um negro fora morto na residência junto à que Hani habitava.

No domingo à noite, 19 pessoas, incluindo três crianças, haviam sido abatidas a tiro na localidade de Sebokeng, não se sabendo ainda quem eram os negros que sobre elas dispararam nem se isso teve directamente a ver com todo o clima emocional que se seguiu na África do Sul ao assassinio do dirigente comunista.

A excepção desse episódio e das mortes ocorridas nas proximidades do estádio de onde saiu o funeral, a semana começou de uma forma mais razoável do que aquilo que muitos no país e no estrangeiro receavam, tendo o Presidente Frederik de Klerk pedido aos sul-africanos que "permaneçam calmos" e "controlem as emoções".

As paixões, que vão da cólera ao medo e da agressão ao desespero, colocam em causa o processo negocial que há-de encaminhar a África do Sul para um clima de paz — sublinhou De Klerk, que desde há três anos e meio está a tentar enterrar de vez todo o legado de mais de quatro décadas de apartheid institucional.

No Parlamento, que funciona na Cidade do Cabo, o Presidente da República ouviu os insultos do Partido Conservador

por não ser mais duro com o ANC, que ontem mesmo acusara o Governo de "ilegítimo, corrupto e incapaz" e exigira que o mais depressa possível se marquem eleições para uma Assembleia Constituinte.

O Partido Democrático, do liberal Zach de Beer, abandonou a sessão depois de Frederik de Klerk não ter querido interromper os trabalhos parlamentares em solidariedade com o funeral de Chris Hani. Mas o Presidente manteve-se firme perante toda a espécie de ataques, desde os conservadores aos que — do exterior — foram formulados pelo ANC.

De Klerk condenou o facto de o movimento de Nelson Mandela, o Partido Comunista e a central sindical Cosatu irem agora para "acções de massas" como forma de acelerar o processo de transição para a democracia plena, pois considera que isso pode provocar "novas tensões e receios". E desmentiu que o Governo esteja a atrasar as negociações constitucionais que reúnem 26 formações políticas e sociais, negociações essas encetadas no início deste mês e que dentro de dias deverão ter uma nova sessão plenária.

Ontem, ao falar às perto de 100.000 pessoas que enchiam por completo o estádio onde Chris Hani se encontrava em câmara ardente, Nelson Mandela dissera que o Governo faz propaganda contra o ANC e contribui para um clima em que muitos brancos julgam justificar-se o assassinio de dirigentes negros.

Mandela considerara ainda ser essencial avançar-se rapidamente para a marcação das primeiras eleições em que todos os sul-africanos poderão votar, seja qual for a sua cor. ■

Moderação

Jorge Heitor

A MODERAÇÃO foi, apesar de tudo, uma das tónicas dos últimos 10 dias na República da África do Sul, depois de se haver receado que o assassinio de Chris Hani levasse a uma onda de violência sem precedentes em que morreriam muitos brancos e negros.

Decerto houve mais de 50 mortos nesta semana e meia de extrema tensão, mas isso não é de forma alguma a avalanche de sangue que muitos recearam depois de o secretário-geral do Partido Comunista ter sido abatido a tiro por um simpatizante da extrema-direita. E

meia centena de mortos num curto período não é de modo algum nada de inédito na África do Sul, onde os últimos anos têm sido de grande agitação e expectativa.

Verificaram-se mortos, feridos e propriedades destruídas, mas tudo dentro de uma escala relativamente moderada, sem as dimensões catastróficas que chegaram a ser admitidas por muitos profetas da desgraça. Houve ódio e desespero, mas também algumas cabeças frias, de cuja actuação surgiu um raio de esperança.

As intervenções que o líder do ANC, Nelson Mandela, fez pela televisão, a apelar à calma, e as de outros camaradas do político assassinado tiveram o condão de conseguir que a cólera da maioria negra ficasse den-

tro de determinados limites, impedindo-se assim a tragédia.

Houve uns cinco brancos e uns 50 negros mortos desde 10 de Abril, mas poderia ter sido bastante pior, se não houvesse já alguma maturidade de certos quadros do Congresso Nacional Africano para travar os ímpetus de militantes mais apaixonados, como é o caso da celerada Winnie Mandela e de muitos dos elementos mais novos.

O presidente do Partido Comunista, Joe Slovo, o líder do ANC e outros quadros destacados da luta por uma sociedade mais justa sabem decerto que só tererão a ganhar — até mesmo em termos de credibilidade internacional — se conseguirem preservar uma postura moderada, apesar de todas as provocações que possam surgir por par-

te da extrema-direita branca.

É evidente que o Governo também terá de corresponder a tal capital de crédito sendo implacável na perseguição dos prevaricadores, mesmo que eles se encontrem porventura bem colocados dentro do "establishment", como é o caso de Clive Derby-Lewis.

O mais importante político de língua inglesa que milita nas fileiras do Partido Conservador está agora sob suspeita de implicação no assassinio de Chris Hani. E esse caso terá de ser tirado bem a limpo pelos tribunais, sob pena de toda a moderação ir por água abaixo. Esse e o dos muitos militares e polícias que aparentemente se adaptam mal ao surgimento dos novos tempos, os de uma sociedade sul-africana pós-"apartheid". ■

A autoridade do "Presidente" Mandela

PÚBLICO, 21 4 93

OS NEGROS ainda não têm direito a voto na África do Sul, mas nos dias turbulentos que se seguiram ao assassinio de Chris Hani foi como se o "Presidente" Nelson Mandela já tivesse tomado posse. Foi a sua voz apaziguadora que se ouviu, por duas vezes, na televisão estatal quando a nação ficou à beira de uma guerra racial.

Mandela procurou sossegar os brancos ao mesmo tempo que transmitia aos jovens dos guetos negros a mensagem de conciliação que eles não queriam ouvir.

[Na segunda-feira, durante os funerais de Hani, a polícia contou sete mortos, um número muito inferior ao que as autoridades temiam. Os actos mais violentos, embora esporádicos, foram registados nas províncias do Cabo e do Natal, onde três pessoas foram assassinadas].

O Presidente Frederik De Klerk manteve-se de tal maneira na sombra durante a mais grave crise nacional dos últimos anos que se creía ter cedido, efectivamente, a autoridade moral ao homem que lutou contra o domínio branco e que ele libertou após 27 anos de prisão.

"Esta foi a semana em que a autoridade moral passou visivelmente do Governo para o Congresso Nacional Africano [ANC]. Foi para o senhor Nelson Mandela que o país se virou", escreveu o

colunista Ken Owen, um branco liberal. "O poder escapou visivelmente das mãos hesitantes em Groote Schuur [a residência de De Klerk] para as mãos firmes em Shell House [a sede do ANC]."

Voz serena

O jornal "Business Day", leitura obrigatória para os brancos que gerem a economia, comentou num editorial que De Klerk se colocou na defensiva, preocupado com as alegações de que os brancos estão ameaçados porque um negro foi assassinado. "Embora o Presidente tenha mobilizado 23 mil soldados para proteger os brancos, foi Mandela, o presidente do ANC, que falou como um estadista. Infelizmente, De Klerk interpretou mal a situação".

As intervenções dos dois líderes na televisão estatal, depois do assassinio de Hani, o líder do Partido Comunista, em 10 de Abril, sensibilizaram profundamente muitos analistas. Quebrando um precedente, Mandela recebeu duas vezes tempo de antena, em horário nobre, para se dirigir à nação.

"Quando a crise requer uma figura nacional, é sempre o primeiro-ministro ou o Presidente branco", observou o analista Raymond Louw. "Desta vez, Mandela foi a voz da serenidade."

Mandela sublinhou repetidamente que, embora um branco tivesse assassinado Hani, foi

a rápida acção de uma testemunha branca que levou à prisão imediata do suspeito.

"É uma loucura"

De Klerk foi entrevistado duas vezes, falando quase sempre no seu nativo afrikaans, considerado por milhões de negros como a língua do apartheid opressor.

Louw diz que o apartheid tratou os negros como objectos inanimados, sem sentimentos, que devem ser manipulados. "Não creio que os ministros brancos sejam capazes de compreender os negros como pessoas. A raiva deles ferve. Não penso que De Klerk compreenda perfeitamente o que se está a passar", comentou.

Zach de Beer, líder do Partido Democrático (liberal), afirma que De Klerk — que pôs fim a 300 anos de supremacia branca quando libertou Mandela, legitimou os políticos negros e iniciou a eliminação do apartheid — perdeu a noção da realidade. "Ele está a perder a confiança. Já não é tão bom como era. Não é a pessoa extraordinária que era", salientou.

O Partido Democrático tentou, em vão, persuadir De Klerk a suspender os trabalhos no Parlamento, na segunda-feira, dia do funeral de Hani. O Governo não se fez representar nos serviços fúnebres nem no enterro. De Klerk preferiu aproveitar a ocasião para advertir a nação para os perigos de um conflito racial.

[O Presidente avisou que a

campanha de desobediência civil, que o ANC está a ultimar, poderá provocar mais "violência, pilhagens e desordem". O negociador do ANC, Mohammed Valli Mousa, por seu turno, lamentou a ausência de uma resposta adequada por parte do Governo. "Não há nenhum sinal para o nosso povo de que algo vai mudar", disse. O ANC, que reuniu cem mil pessoas no funeral de Hani, não detalhou ainda o seu programa de acção, mas este deve incluir greves, boicotes, manifestações e comícios].

De Klerk "atravessa fases em que sente uma profunda lealdade à sua tradicional circunscrição. É uma loucura", observou De Beer. "Uma circunscrição de afrikaners conservadores tem tão pouca importância que nenhum político a sério lhe deveria dedicar atenção".

Os esforços do Partido Nacional para conquistar apoio entre os mais de 18 milhões de negros que irão votar pela primeira vez têm sido infrutíferos, segundo as sondagens.

Os líderes do partido que inventou o apartheid mostram-se ultimamente mais cautelosos quanto às previsões de que podem vencer as eleições. Fontes internas dizem que o partido está profundamente dividido entre elementos que criticam De Klerk por se mostrar "mole" com os negros e aqueles para quem a melhor via de sobrevivência reside numa aliança com o ANC. ■

Rodney Pinder, em Joanesburgo, Reuter

Depois da tempestade

Apesar dos confrontos ocorridos no estádio do Soweto, onde teve lugar o funeral de Chris Hani, o apelo à contenção lançado pelo ANC conseguiu evitar a explosão de violência que se temia que ocorresse na África do Sul

EXPRESSO, 24 4 93

A CRISE traumática vivida esta semana na África do Sul após o assassinato de Chris Hani reforçou o desejo de se chegar a um acordo constitucional no país.

Enquanto ainda se registavam manifestações esporádicas de violência racial, o Presidente De Klerk anunciou que estava a tentar acelerar o calendário das reformas.

Comunicou ao Parlamento que esperava acertar os fundamentos de uma nova Constituição, com uma primeira medida prática que permitisse avançar para uma fórmula de divisão de poder — a criação de uma «Comissão Executiva Nacional» multirracial — dentro de mês e meio.

Esta semana, durante as exéquias de Chris Hani, que duraram dois dias, o país escapou ao abismo de uma guerra racial, graças aos esforços extraordinários do ANC e ac

mesperado êxito da polícia ao descobrir o que parece ser uma conspiração assassina da extrema-direita.

Apelos à calma

O país viveu uma vaga de manifestações políticas sem precedentes, incluindo a presença de 100 mil pessoas no funeral de Hani, alegadamente assassinado há duas semanas por um imigrante polaco, Janus Jakob Walus. Embora inicialmente apanhado de surpresa pela reacção popular, o ANC conseguiu no entanto controlar as suas bases com apelos desesperados a que não se prestassem a «ser joguetes nas mãos dos assassinos» ao optarem pela violência.

Quando as manifestações e o funeral terminaram na terça-feira, o país descobriu com espanto que tinha passado por

um período relativamente pacífico, pelo menos em número de mortos. Mas a África do Sul continua a ser um barril de pólvora em consequência das emoções suscitadas pelo crime.

A explosão de uma bomba numa estância do litoral, a Sul de Durban, e um ataque à mão-armada contra brancos num clube da província do Natal — no qual, milagrosamente, ninguém foi morto — indicam que os militantes do rival do ANC, o Congresso Pan-Africano (PAC), continuam a tentar arruinar o esforço de paz.

Mas o factor mais importante para manter vivo o processo de negociações talvez tenha sido uma dramática série de prisões relacionadas com o assassinato de Hani.

Continua na pág. 5

África do Sul em tempo de viragem

Tambo não viu o poder negro

Jorge Heitor

No último ano em que os brancos deverão ter o monopólio do poder na República da África do Sul, morreu um dos homens que mais lutaram contra essa situação. E em Junho já poderão ser marcadas as primeiras eleições em que todos os cidadãos terão direito a voto, seja qual for a sua cor.

Oliver Tambo, que à frente do Congresso Nacional Africano (ANC) estabeleceu a ponte entre a liderança de Albert Lutuli e a de Nelson Mandela, morreu ontem num hospital de Joanesburgo, devido a uma apoplexia.

Foi o terceiro político sul-africano a morrer nos últimos 15 dias, depois do assassinio do secretário-geral do Partido Comunista, Chris Hani, e do falecimento por causas naturais do chefe do Partido Conservador, Andries Treurnicht, que irá terça-feira a enterrar.

Nelson Mandela, que há dois anos sucedera a Oliver Tambo à frente do ANC, foi lesto em anunciar que serão tomadas medidas para que esta nova morte não sirva de pretexto a novos actos de violência, como os que acompanharam as manifestações em memória de Hani.

No entanto, o país está em efervescência e tanto o ANC como os seus aliados do Partido Comunista e da central sindical Cosatu haviam anunciado "acções de massas" para se garantir que até ao fim de Maio possam ser marcadas as eleições para uma Assembleia Constituinte.

Ainda ontem se soube que, na véspera, um jornalista negro da televisão oficial, Calvin Thosago, fora morto na cidade de

Sharpeville, depois de atacado por populares. E o operador de câmara que o acompanhava na reportagem só conseguiu salvar-se devido a intervenção da polícia.

Recomeço das conversações

O ministro do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Meyer, admitiu entretanto que uma data para as primeiras eleições multiraciais possa ser marcada daqui a seis semanas; ou seja, durante a primeira quinzena de Junho.

No entanto, aquele colaborador do Presidente De Klerk também disse que quatro assuntos terão de ser resolvidos antes disso, nas conversações multipartidárias que amanhã recomeçam em Joanesburgo: a forma pela qual se fará a transição para um novo regime, a composição de um Governo Interino de Unidade Nacional, os poderes das autoridades regionais durante o período transitório e as formas de se controlar a violência política.

Vinte e seis formações políticas e sociais encetaram no início de Abril um processo negociado extremamente melindroso, entre cujos obstáculos se encontra a acentuada autonomia regional pedida pelo Kwazulu e pelo Partido Inkatha e rejeitada pelo ANC.

Foi precisamente neste clima tenso daquele que deverá ser o último ano integral do mo-

nopólio do poder pela minoria branca que Mandela, em conferência de imprensa, falou ontem da cólera e da amargura dos jovens negros, desejosos de verem as coisas andar mais depressa.

O líder do ANC, ele próprio com 74 anos, poderá ter já muito pouco tempo para vir algum dia a desempenhar as funções de Chefe de Estado, fazendo-se em alguns círculos apostas sobre as possibilidades daqueles que irão ser os seus herdeiros potenciais: o actual secretário-geral, Cyril Ramaphosa, o responsável pelos Negócios Estrangeiros, Thabo Mbeki, e o chefe regional de Joanesburgo, Tokyo Sexwale.

Por seu turno, o Presidente Frederik de Klerk, que nas últimas semanas tem tido uma actuação relativamente modesta, ultrapassou ontem barreiras de muitas décadas e apresentou condolências à viúva e aos filhos de Oliver Tambo: "O Governo reconhece o seu papel positivo no movimento para a democracia. É um exemplo que merece ser seguido".

Tais palavras, em referência àquele que o Partido Nacional considerou em tempos o "inimigo público número um", dizem bem o quanto a África do Sul se modificou nos últimos quatro anos, apesar de toda a impaciência da maioria negra. E podem ser de bom augúrio para um diálogo que tantas vezes se aproxima do ponto de ruptura. ■

Continuação da pág. 4

Depois da tempestade

incluindo a de um deputado pertencente à ala direita do Partido Conservador.

Ligações à extrema-direita europeia

O deputado, Clive Derby-Lewis — cuja mulher também foi detida — foi preso por suspeita de ter congeminado o assassinato de Hani e de ter fornecido a arma do crime. O rápido progresso das investigações policiais ajudou a desfazer as acusações que alguns dirigentes negros faziam ao Governo e às forças de segurança.

Se as acusações contra Derby-Lewis virão a ser provadas é ainda uma questão em aberto. Mas a sua prisão levou à revelação de ligações perturbantes entre os ultradireitistas sul-africanos e grupos congêneres da Europa.

Entre outras coisas, soube-

se que Derby-Lewis — um racista declarado que consta ter chegado a propor a esterilização obrigatória de negros — é presidente de uma organização chamada Instituto dos Objectivos Ocidentais (WGI), ligado ao líder da extrema-direita francesa, Jean-Marie Le Pen. Derby-Lewis tomou-se presidente após a morte do seu antecessor, o conhecido comandante dos esquadrões da morte salvadores, Roberto D'Aubuisson.

No ano passado, o WGI, sediado em Londres, anunciou que Derby-Lewis lançara um programa para armar e treinar brancos sul-africanos para uma guerra racial, recorrendo a ex-soldados britânicos e rodesianos e a militares sul-africanos.

A «Ordem da Morte»

A existência deste programa

na não foi divulgada na África do Sul e, esta semana, ainda não se sabia se um tal exército privado era apenas uma das fantasias também privadas em que muitas vezes incorrem os extremistas de direita. Mas as ligações de Derby-Lewis com outras organizações de ultra-direita — do Weerstandsbeweging (AWB) da África do Sul ao «World Apartheid Movement» — apontam para uma potencial conspiração em larga escala.

As suspeitas quanto à responsabilidade pelo assassinato de Hani continuam a centrar-se no AWB: foi um dos seus dirigentes quem roubou a arma do crime num arsenal da Força Aérea em Pretória, em 1990.

O AWB é uma organização obscura, dividida internamente em facções extremistas em desacordo quanto até onde

deve ser levado um programa de violência destinado a deter a temida passagem para o regime de maioria. Consta que, nos últimos anos, o movimento se dividiu em mais de 20 grupos, entre os quais o chamado «Ordem da Morte», que se crê ter planeado o assassinato de De Klerk em 1989.

Membros da «Ordem da Morte» terão sido treinados como mergulhadores, que deveriam assaltar a casa de férias de De Klerk, nas margens do Rio Vaal.

Quando fez uma busca às suas casas, a polícia encontrou um arsenal que incluía dinamite e munições para armas com miras de longo alcance e visão a infra-vermelhos e um conjunto de flechas envenenadas.

David Beresford
correspondente
em JOANESBURGO

UNITA pede um dia de reflexão

PÚBLICO, 20 4 93

AS DIVERGÊNCIAS entre o Governo angolano e a UNITA mantêm-se depois de uma semana de conversações em Abidjan, capital da Costa do Marfim, sob a égide das Nações Unidas. A UNITA pediu ontem a suspensão dos trabalhos por 24 horas "para contactos urgentes e importantes com a sua estrutura superior", antes de se iniciar uma segunda volta pelos nove pontos da agenda.

Uma fonte governamental citada pela Lusa considerou que "próxima sessão vai ser decisiva", dando a entender que se a UNITA persistir na suspensão das hostilidades sem garantias as conversações poderiam ser rompidas: "Ou a UNITA aceita o cessar-fogo [...] ou então ire-

mos organizarmo-nos para fazer frente à situação", concluiu.

O movimento de Jonas Savimbi, derrotado nas eleições de 29 e 30 de Setembro do ano passado e que entretanto controla militarmente mais de 70 por cento do território, defende que a sua participação no executivo de Luanda "deverá depender mais do seu peso político que dos resultados eleitorais.

Esta posição é categoricamente rejeitada pelo MPLA, partido maioritário no Governo, apesar de alguns "acordos de princípio" alcançados na primeira ronda dos trabalhos.

Ontem, a "troika" de observadores — Portugal, Rússia e Estados Unidos — voltou a salientar a importância da inter-

venção do Presidente marfinense, Félix Houphouët-Boigny: "Ele decidiu colocar todo o seu peso na balança", assinalaram, salientando a sua "relação histórica" com Jonas Savimbi.

De manhã, o diário marfinense "Fraternité Matin", pró-governamental, referia a possibilidade de um encontro em Abidjan entre o Presidente José Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi. "Fontes influentes (...) encaram seriamente esta possibilidade e consideram-na inevitável para dar uma última mão às negociações em curso", dizia o jornal.

As duas delegações prepararam-se para um segundo debate em torno da mesma agenda, depois de na primeira abordagem terem alcançado um "acordo de princípio" quanto ao seguinte: uma participação alargada da UNITA no poder, ao nível nacional provincial e local; organização da segunda volta das eleições presidenciais; papel da missão das Nações Unidas; libertação de todos os prisioneiros através da Cruz Vermelha Internacional; a liberdade de imprensa.

Para o Governo, "todos estes acordos estão subordinados à assinatura de um cessar-fogo". ■

UNITA recusa visita ao Huambo

PÚBLICO, 21 4 93

A DELEGAÇÃO da UNITA, que desde o passado dia 12 se encontra reunida em Abidjan, capital da Costa do Marfim, com representantes do Governo, recusou ontem autorização para uma visita do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) ao Huambo, para avaliar as necessidades da população.

A oposição armada angolana tinha concordado na véspera com esta iniciativa da representante pessoal do secretário-geral das Nações Unidas, Margaret Anstee, mas acabou por tomar uma decisão diferente, por considerar que as necessidades da população estão já definidas — alimentação e medicamentos.

Para o delegado do CICV em Luanda, Christophe Arnisch, esta resposta contraria os propósitos das organizações humanitárias que "necessitam de avaliar no terreno a situação real". Este funcionário do CICV lamentou, entretanto, que as duas partes do conflito angolano "mostrem pouca sensibilidade para o sofrimento do seu povo".

Uma primeira ajuda humanitária às populações afectadas pela guerra no Huambo — cidade conquistada pela UNITA em 6 de Março último, depois de uma batalha de 55 dias — tinha sido cancelada em 29 de Março. Na altura, um funcionário do Programa Alimentar Mundial em Luanda justificou o adiamento da ajuda por a UNITA pretender distribuir os víveres e medicamentos às populações, exigindo que lhe fossem entregues no aeroporto.

A delegação do CICV disse ontem ter visitado já 850 elementos ligados à UNITA, que se encontram presos em Luanda desde a batalha do último fim-de-semana

de Outubro do ano passado. Não há números oficiais sobre os detidos, segundo uma fonte do CICV citada pela agência Lusa.

A UNITA vai lançar, entretanto, uma campanha para "romper o isolamento internacional e chamar a atenção da opinião pública para a situação dos seus militantes ainda detidos em Luanda". Carlos Morgado, que chegou a chefiar o grupo parlamentar da UNITA na Assembleia Nacional angolana e que se encontra agora em Portugal, será o rosto visível de uma estrutura "ad hoc" que pretende, num périplo pela Europa e os Estados Unidos, fazer valer a versão do movimento liderado por Jonas Savimbi sobre a guerra em Angola.

Combates em Cabinda

Vinte e quatro pessoas morreram e 36 ficaram feridas durante combates entre as forças governamentais angolanas e a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda/Forças Armadas de Cabinda, anunciou ontem a rádio do Congo. Citando um comunicado da FLEC/FAC de Henriques N'Zita Tiago, divulgado em Ponta Negra, a rádio afirmou que os combates ocorreram nos arredores das aldeias de Mekoma e Mangokono, no Centro do enclave.

Entre as vítimas, contam-se numerosas crianças, adiantou a rádio, sem, no entanto, precisar as baixas sofridas por cada um dos lados. Uma fonte cabinda em Ponta Negra, contactada telefonicamente pela France Presse, não confirmou os combates, revelando todavia a existência de "confrontos isolados" entre forças governamentais e elementos da UNITA. ■

PERFIL

O homem que salvou o ANC

PÚBLICO, 25 4 93

OLIVER Reginald Tambo, ontem falecido em Joanesburgo, aos 75 anos, foi o homem que salvou o ANC da desintegração, durante o longo período em que o seu amigo e camarada Nelson Mandela esteve na cadeia.

Nascido em 1917 numa família de camponeses da província do Cabo, frequentou escolas missionárias e a Universidade de Fort Hare, tendo conhecido Mandela por alturas da II Grande Guerra, quando as camadas cultas da juventude negra começavam a pensar que a África não iria ficar para sempre sob domínio branco.

Depois de ter leccionado Ciências e Matemática em Joanesburgo, ajudou a formar a Liga Juvenil do ANC, entrou para a Comissão Executiva Nacional do movimento e abriu um escritório de advocacia com Mandela, outro elemento da etnia xhosa.

Em 1954, logo na primeira década de prática oficial do apartheid, Oliver Tambo foi "proscrito"; ou seja, proibido de

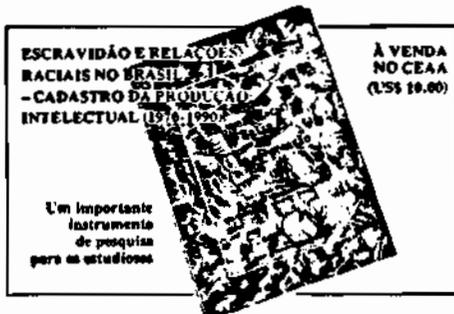
participar em reuniões ou de viajar pelo país. E dois anos depois acusado de alta traição, do que viria a ser ilibado.

Tendo o ANC sido proibido em 1960, Tambo conseguiu garantir a sobrevivência do grupo indo viver para o estrangeiro, com passagens por Dar Es Salaam, Lusaka e Londres, enquanto o seu amigo Mandela ia em 1964 parar à cadeia, de onde não sairia durante 26 anos.

Foi em 1967 que sucedeu ao chefe tradicional Albert Lutuli, prémio Nobel da Paz, na presidência do Congresso Nacional Africano, tendo garantido o exercício do cargo até Julho de 1991, altura em que — com a saúde já muito debilitada devido a uma trombose — o passou a Mandela, mantendo no entanto o título de presidente de honra.

Durante os 24 anos em que esteve à frente da luta contra o apartheid, orquestrou campanhas internacionais contra o regime de Pretória e dirigiu a partir do exterior uma campanha de luta armada levada à prática pelo grupo de guerrilha Umkhonto we Sizwe (Lança da Nação).

O seu regresso à África do Sul verificou-se em Dezembro de 1990, depois de o Presidente Frederik de Klerk ter legalizado o ANC e encetado uma campanha reformista para reconhecer o direito de voto à maioria negra. ■



Novo impasse em torno do cessar-fogo para Angola

PÚBLICO, 21 4 93

Governo e UNITA à beira da ruptura

AS DELEGAÇÕES do Governo angolano e da UNITA retomam hoje o diálogo directo em Abidjan, tentando vencer um novo impasse em torno da questão central do cessar-fogo. Num esforço de conciliação, as Nações Unidas e a "troika" de observadores reuniram-se ontem com cada uma das delegações.

Em Abidjan, voltou-se às divergências iniciais: os representantes de Luanda defendem a assinatura de um cessar-fogo com carácter definitivo, a que submetem a aplicação de todos os acordos de princípio entretanto alcançados, e os enviados de Jonas Savimbi preferem uma cessação das hostilidades, que consideram ser "mais fácil de aplicar".

Quando no passado dia 12 se reuniram em Abidjan, dez semanas depois do último encontro em Adis Abeba, as delegações das duas partes do conflito angolano começaram por não se entender sobre esta questão do cessar-fogo. Congelaram, por isso, o primeiro ponto da agenda proposta pelas Nações Unidas, principal mediador, e avançaram para os restantes oito capítulos, de cariz político.

Ao fim do terceiro dia, por iniciativa da UNITA, as duas delegações prescindiram da mediação directa de Margaret Anstee — representante pessoal do secretário-geral da ONU — e dos diplomatas da "troika" de observadores — Portugal, Rússia e Estados Unidos.

Da reunião a sós saíria o primeiro avanço até agora alcançado — um "acordo de princípio" para a partilha do poder, a nível nacional, provincial e local, a pôr em prática assim que o país viesse a estar em paz.

Para além deste entendimento, desenhava-se, entretanto, um clima de abertura, no seguinte sentido: organização da segunda volta das eleições presidenciais; papel da missão das Nações Unidas; libertação de todos os prisioneiros através da Cruz Vermelha Internacional; liberdade de imprensa.

Mas o Governo subordinou a aplicação destes princípios à assinatura do cessar-fogo.

O movimento de Jonas Savimbi, que controla mais de 70 por cento do território depois de ter sido derrotado nas eleições de

29 e 30 de Setembro, defendia, por seu lado, que a sua participação no executivo de Luanda "deverá depender mais do seu peso político que dos resultados eleitorais". Esta posição foi categoricamente rejeitada pelo MPLA, partido maioritário no Governo.

Para permitir a continuação do encontro, as duas partes produziram, então, documentos escritos em que expõem as suas posições sobre cada um dos nove pontos da agenda, a saber: esforços para um cessar-fogo; regresso à aplicação dos acordos de paz assinados em Bicesse, em 31 de Maio de 1991; reconciliação nacional; definição dos poderes da administração provincial e local; competências da ONU na supervisão do processo de paz; libertação dos prisioneiros; ajuda humanitária; garantias de segurança para as pessoas e bens em todo o território; liberdade de imprensa.

Ontem, no período da manhã, as duas partes reuniram-se em separado com Margaret Anstee e com a "troika" de observadores, com quem debateram as posições contidas na documentação produzida. À tar-

de, trocaram de parceiros.

Depois destes encontros as duas partes mantinham-se inflexíveis. "Se for posta em prática uma suspensão das hostilidades, as Nações Unidas poderão depois reforçar o seu contingente no território para arbitragem um futuro cessar-fogo", disse Jorge Valentim, chefe da delegação da UNITA.

Por seu lado, o porta-voz da delegação governamental repetia: "A posição do Governo [cessar-fogo imediato] não se alterou e nós estamos à espera que a UNITA altere a sua posição."

Do frente-a-frente de hoje não se aguardam, portanto, resultados, apesar da pressão dos observadores e do Presidente marfinense Félix Houphouët-Boigny — apoiante e financiador das actividades da UNITA nos últimos quatro anos: "Os anfitriões e os observadores não se irão embora sem qualquer resultado", disse à agência Reuter um diplomata, acrescentando que "se a UNITA ficaria satisfeita com uma pura declaração cosmética, as outras partes querem resultados concretos". ■

Cessar-fogo em Angola

Mediadores formulam proposta de compromisso

ATÉ ao fim-de-semana, Governo e UNITA — reunidos em Abidjan desde o passado dia 12 de Abril — têm de se pronunciar sobre um documento em que as Nações Unidas e a "troika" de observadores pretendem comprometer as duas partes do conflito angolano no sentido de um cessar-fogo.

Nos termos desse documento, os dois beligerantes aceitarão um compromisso sobre um cessar-fogo em duas fases: uma paragem imediata dos combates, em que cada um conservaria as suas posições até ao desarmamento das tropas rebeldes observado por um numeroso contingente de "capacetes azuis".

Os países da "troika" de observadores — Portugal, Rússia e Estados Unidos — e as Nações Unidas — principal mediador — avançaram com esta proposta por considerarem que "do encontro de Abidjan terá de sair uma via clara para a paz, ou seja, um cessar-fogo", explicou ao PÚBLICO uma fonte diplomática ocidental presente em Abidjan.

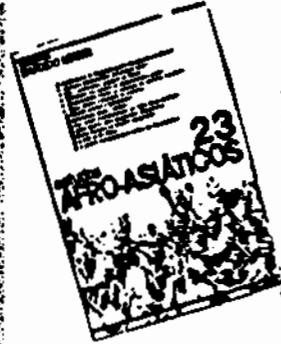
Esta foi a forma encontrada pelos mediadores para tentar ultrapassar o impasse em que Governo e UNITA mergulharam desde o início das negociações, mostrando-se intransigentes em duas formulações do mesmo problema: a UNITA defende uma cessação das hostilidades (correspondente à paragem dos combates, nos termos da proposta) durante a qual se estabeleceriam

os mecanismos de aplicação e verificação do cessar-fogo pela ONU; o Governo insistia na aplicação imediata de um cessar-fogo, recorrendo aos mesmos mecanismos de aplicação e controlo internacional.

Jorge Valentim, chefe da delegação da oposição armada, ad-

mitia ontem que o documento "é válido, pois aborda a primeira e segunda fase para o cessar-fogo". Do lado do Governo, mantinha-se a desconfiança de que uma paragem dos combates sem a intervenção, à partida, dos "capacetes azuis", permita o reabastecimento das tropas da UNITA. ■ A.M.

PÚBLICO, 23 4 93



À VENDA
NO CEEA

Avião sul-africano deu apoio ilegal à UNITA

EXPRESSO, 24 4 93

Celestino Amaral enviado a LUANDA

O AVIÃO sul-africano retido em Luanda a 23 de Março pelas autoridades foi utilizado pelo Governo da África do Sul em diversas acções ilegais de apoio

à UNITA — como se conclui da leitura do diário de bordo da aeronave. Entre 27 de Outubro e 15 de Dezembro do ano passado, após as eleições, o DC-3 efectuou, sem autorização do Executivo angolano, 27 viagens entre a África do Sul e Angola transportando homens e material para zonas controladas por Jonas Savimbi.

O registo diário do avião, pertencente à Profissional Aviation, indica que o aparelho, matrícula ZS-KCV, fora também utilizado pela UNITA no período anterior às eleições. O respectivo

Continua na pág. 8

Folha do diário de bordo do DC-3 sul-africano, com registo de voos para a Jamba

FLIGHT POLAR / TECHNICAL LOG									
DATE	TIME	ALTITUDE	TEMPERATURE	WIND	VELOCITY	ACCELERATION	DECELERATION	ROLL	PITCH
23 MAR 1993	08:25	1750	17.0	0-5	100-1	1	1	1	1
23 MAR 1993	11:30	1350	17.0	3-1	100-1	1	1	1	1
23 MAR 1993	11:50	1350	17.0	3-5	100-1	1	1	1	1

A cada um a sua paz

EXPRESSO, 24 4 93

Nicole Guardiola
enviada a Abidjan

«QUANDO corremos atrás da paz, não temos o direito de perder o fôlego», disse o ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa de Marfim, Essy Amara, na sessão de abertura das negociações de Abidjan, entre o Governo de Angola e a UNITA. Dez dias mais tarde, Essy Amara declarava ao diário governamental «Fraternité Matin»: «Não podemos fazer a paz em lugar dos angolanos».

Discutidas e sintetizadas as «muitas convergências e algumas divergências» (ver quadro) entre as posições da Unita e do Governo angolano, a conclusão ou não do cessar-fogo joga-se no terreno, sempre subjectivo, da confiança mútua e das «garantias».

O «velho sábio» de África ainda não renunciou ao sonho

de trazer o Presidente José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi à sua aldeia natal de Yamassoukro (capital política da Costa de Marfim desde 1983), para festejar a «paz definitiva em Angola» com um «Te Deum» sob a cúpula, «mais alta que a de São Pedro de Roma», de Nossa Senhora da Paz, na presença de dezenas de chefes de Estado africanos e de delegações oficiais do mundo inteiro.

Mas é também realista e quer estar pessoalmente seguro de que esta paz «é a valer» e que os acordos assinados não darão origem a novos confrontos, como aconteceu depois de Gbadolite e Bicesse.

As «conversações circulares» desta semana — encontros bilaterais informais de cada uma das delegações angolanas com a representante do secretário-geral da ONU, com os observadores de Bicesse e com o Presi-

dente Houphouët Boigny — tiveram como finalidade «limpar arestas», aproximar posições e pontos de vista. À hora do fecho desta edição, chegou-se, aparentemente, ao fim.

Dois pontos ficam por resolver: o calendário do cessar-fogo e o papel da ONU. Em relação ao primeiro, aceita a distinção formal entre a cessação dos combates e a aplicação do cessar-fogo, Luanda quer datas e prazos precisos e curtos para a conclusão das duas «fases». Quanto ao segundo, a delegação governamental angolana não aceita que, para efeitos de desmobilização e desarmamento das forças em presença, as Forças Armadas Angolanas sejam tratadas em pé de igualdade com as forças «rebelde» da UNITA. Na sua opinião, o Governo, formado depois de eleições livres e no qual concorda em dar à UNITA uma participação

alargada, «tendo em conta os resultados eleitorais e as competências individuais», não pode, sem grave prejuízo da «soberania» colocar a defesa nacional «sob tutela das Nações Unidas».

A UNITA, pelo seu lado, insiste em pedir o envio de uma «força de interposição» da ONU.

A UNAVEM e os observadores não podem, sem mandato do Conselho de Segurança, ir além das recomendações das Resoluções 804 e 811, que exigem «um cessar-fogo imediato».

Assim, a bola está no campo da UNITA e, se Houphouët Boigny sobreestimou a sua capacidade de convencer e inspirar confiança ao seu «filho e amigo de longos anos» Jonas Savimbi, será o Conselho de Segurança a decidir se

Continua na pág. 9

Luanda desmente armas proibidas

EXPRESSO, 24 4 93

O CHEFE de Estado-Maior da Força Aérea angolana, Pedro Neto, desmentiu ontem que o Governo tenha utilizado armas proibidas durante o ataque ao Huambo — como o EXPRESSO noticiou na semana passada. Neto classificou a referida notícia de «extremamente tendenciosa». Referindo que não existe nenhum tipo de bomba que «apenas» mate sem causar outros estragos, Neto disse que os projecteis especificamente antipessoais de fumo e de fragmentação são utilizados convencionalmente em qualquer batalha.

Falando do caso do Huambo e do avião identificado por fotografia e assinalado como tendo lançado bombas proibidas, o general garantiu que se trata de uma aeronave de reconhecimento que só dispara róquetes antipessoais e anticarro.

Neto, que afirma ter estado em Mavinga durante os combates, garante que foram as tropas governamentais a ser fustigadas por artilharia da UNITA, com um tipo de bomba que obrigava os combatentes a colocar panos húmidos na cara para não sufocar.

Salientando que todos os feridos graves ficaram em poder do adversário, o CEMFA angolano garante que esses feridos, «apesar de não se saber quem os atingiu, estão agora a ser usados pela 'propaganda' da UNITA». O general disse também que os locais bombardeados e indicados como «zonas habitacionais» eram, de facto, zonas onde se instalaram os postos de comando da UNITA, encontrando-se aí civis que apoiavam militarmente a organização de Jonas Savimbi.

Continuação da pág. 7

Avião sul-africano deu apoio ilegal à UNITA

comandante, Frederick Frayne, declarou às autoridades de Luanda que o DC-3 tinha sido fretado pelo Ministério sul-africano dos Negócios Estrangeiros, que o colocou ao serviço da UNITA.

Frayne, que informou ter transportado o próprio Savimbi numa viagem entre Lubango e Caluquembe, disse ainda que a entidade alugada do avião indicara que a carga a transportar para Angola consistia em médicos e medicamentos. Acrescentando não poder confirmar se os passageiros eram realmente médicos nem se as caixas continham, de facto, medicamentos e géneros alimentares, uma vez que nunca inspeccionou a carga, o piloto garantiu ter procedido, por diversas vezes, à evacuação de feridos de guerra.

O conteúdo dos diários de bordo e o depoimento de Frayne nunca foram

revelados pelos governantes de Luanda. O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, depois de informado do caso, deu ordens para que o avião fosse autorizado a regressar à África do Sul.

O jornal «Pretoria News» noticiou recentemente a realização de um encontro confidencial, em 5 de Março, convocado pelo departamento dos Negócios Estrangeiros em que estiveram presentes representantes dos serviços sul-africanos de Informações, do Exército, da Força Aérea e da Aviação Civil.

Nessa reunião terá sido abordada a questão dos fornecimentos ilegais de alimentação, medicamentos, combustível e armas à UNITA.

Fontes governamentais citadas pelo jornal referiram que alguns dos intervenientes na reunião exprimiram o ponto de vista de que se o Governo tivesse

impedido os carregamentos poder-se-ia ter evitado a guerra em Angola. «Houve um alarme notório na reunião — diz a notícia — quando ficou claro para todos que parecia cada vez mais provável que a África do Sul estava, ainda que indirectamente e através de pessoas individuais, a alimentar a guerra em Angola».

O DC-3 e a sua tripulação, constituída por três homens, foram retidos em Luanda após os serviços aeronáuticos terem detectado irregularidades no cumprimento do plano de voo enviado do aeroporto de Windock, na África do Sul, para a capital angolana. O avião, proveniente de Joanesburgo, tinha feito o percurso no interior de Angola utilizando uma rota não autorizada, infringindo assim a legislação internacional vigente.

Continuação
da pág. 8

A cada um a sua paz

existe ainda alguma possibilidade de se chegar à solução negociada do conflito angolano e quem foi o responsável pelo fracasso de Abidjan. Essy Amara disse que «a Costa do Marfim estará no campo da paz» e lembrou que as relações com a UNITA não são exclusivas: o novo secretário-geral do MPLA, Lopo do Nascimento, é também um velho amigo de Houphouët Boigny. Para bom entendedor, meia palavra basta.

CESSAR-FOGO

GOVERNO — Cessação imediata das hostilidades, com um prazo de 30 dias para regressar ao cessar-fogo previsto nos acordos de Bicesse, sob controlo das Nações Unidas (Unavem). Início do regresso dos militares não destinados às Forças Armadas Angolanas (FAA) aos acantonamentos, recolha e custódia dos armamentos e desmobilização do pessoal não integrado nas FAAS, processo que deverá ser concluído no prazo de 90 dias.

UNITA — Suspensão das hostilidades, numa 1ª fase mantendo-se as forças militares nos seus lugares. Envio de uma força de interposição das Nações Unidas (capacetes azuis). Libertação dos presos. Ambas as partes podem reabastecer as respectivas tropas com alimentos e material não letal. Aprofundamento do diálogo político. Cessar-fogo formal e definitivo, numa 2ª fase, só depois da eliminação, por via negociada, das causas do conflito.

BICESSE

GOVERNO — O processo de implementação deve ser retomado no ponto em que foi interrompido, depois das eleições de 29/10/92 (cujos resultados devem ser reconhecidos pela UNITA, bem como os órgãos que deles resultam — Governo, Parlamento). Concluída a formação das forças armadas únicas, a Assembleia Nacional marcará a segunda volta das eleições presidenciais. A tomada de posse do Presidente eleito marcará o fim do processo e das missões da CCPM e da Unavem.

UNITA — Bicesse «descarrilou» antes das eleições, nomeadamente com a formação da polícia anti-motim, recenseamento viciado, fraude eleitoral. Sem pôr formalmente em causa os resultados das eleições legislativas, a UNITA considera que os «desvios» devem ser corrigidos, bem como as suas causas (reestruturação da mediação

(CCPM) e organização da segunda volta das presidenciais em outros moldes).

RECONCILIAÇÃO

(Incluindo participação alargada da UNITA aos níveis nacional, provincial e local)

GOVERNO — Cessar-fogo e regresso aos Acordos de Bicesse são as bases necessárias e suficientes para a reconciliação nacional. Direitos da UNITA, dos seus dirigentes, membros e eleitores garantidos pela Constituição e as leis da República de Angola.

UNITA — Estatuto especial para Jonas Savimbi, tendo em conta o seu papel histórico a favor da independência e da unidade de Angola. Aplicação, sob controlo internacional, de todas as medidas acordadas em relação a cada um dos pontos da agenda.

UNAVEM

(Tarefas e dimensões)

GOVERNO — Reforço e ampliação do papel da Unavem, já acordado nas anteriores rondas de negociações com a UNITA (Namibe, Adis Abeba 1) de forma a garantir uma mais efectiva fiscalização do cessar-fogo e das fases seguintes.

UNITA — Envio de força militar de interposição da ONU para fiscalizar e persuadir as partes durante a suspensão das hostilidades. A ONU deve organizar, dirigir e controlar as fases posteriores (acantonamento, desmobilização, desarmamento, formação das FAA e organização das eleições) em substituição da CCPM e/ou do Governo.

PRESOS

(Libertação através do Comité Internacional da Cruz Vermelha — CICV)

GOVERNO — Todas as pessoas presas, detidas ou retidas libertas sob a supervisão do CICV em coordenação com equipas técnicas do Governo e da UNITA, após o cessar-fogo.

UNITA — Todas as pessoas presas, detidas ou retidas libertadas sob o controlo do CICV antes do cessar-fogo formal.

AJUDA HUMANITÁRIA

(Condições para que todos os angolanos sejam abrangidos)

GOVERNO — Estabelecimento de um cessar-fogo fiável e duradouro é a garantia fundamental para a ajuda humanitária às populações vítimas da guerra.

O Governo garante as facilidades e segurança necessárias às operações das organizações não governamentais (ONG).

UNITA — Pede às ONG a constituição de um plano de assistência humanitária sem discriminação política, étnica ou racial como condição para restabelecer a confiança, o cessar-fogo e a paz.

ADMINISTRAÇÃO

(Poderes das autoridades provinciais)

GOVERNO — Definidos no Artigo 54 da Constituição da República de Angola que prevê: eleição dos órgãos representativos, ampla autonomia económica e administrativa (financiamento e captação de investimentos estrangeiros) — sem prejuízo da unidade da acção governativa e administrativa. Admite a nomeação de governadores indigitados pela UNITA nas províncias onde esta é actualmente maioritária, no âmbito da reconciliação nacional.

UNITA — Governadores da UNITA nas regiões sob controlo desta, com amplos poderes em matéria administrativa e de ordem pública (polícias locais) — distribuição equitativa das riquezas nacionais, projectos de desenvolvimento económico podem ser tratados ao nível provincial

SEGURANÇA

(De pessoas e bens)

GOVERNO — Garantidos pela Constituição e a lei geral. No caso específico da segurança dos dirigentes e bens da UNITA admite a existência de guardacostas armados, em número limitado e sob controlo da UNAVEM.

UNITA — Instauração do Estado de Direito baseado na tolerância, na transparência das instituições e no respeito pela diferença. Eliminação do conceito de «inimigo interno».

IMPrensa

GOVERNO — A liberdade de Imprensa é garantida pela lei vigente, que consagra a participação dos partidos com representação parlamentar no Conselho Nacional da Comunicação Social, encarregado de fazer cumprir a legislação pelos meios de comunicação do Estado.

UNITA — Quer participar na nomeação das chefias dos meios de comunicação do Estado e na fiscalização da isenção da informação e da programação.

LUANDA ANULA CLAUSULA DE BICESSE — O Governo angolano anulou ontem unilateralmente a cláusula "triplo zero" dos acordos de paz de Bicesse — o compromisso que proíbe ao Governo e à UNITA receberem ajuda militar externa ou adquirirem material

militar. Um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, citado pela agência Lusa, afirma que a caducidade desta cláusula é consequência do facto de a UNITA ter violado os acordos de paz, ter recommçado a guerra e manter um exército de 40 mil homens.



Uma seleção criteriosa de recortes das principais notícias sobre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e sobre a África Austral publicadas nos jornais

Conversações de Abidjan interrompidas

PÚBLICO, 26 4 93

Houphouët-Boigny quer tentar cimeira

O PRESIDENTE da Costa do Marfim, o octogenário Félix Houphouët-Boigny, está a tentar convencer o Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, a irem esta semana a Yamoussoukro assinar o documento de tréguas que desde o dia 12 tem vindo a ser negociado em Abidjan.

Para isso, interrompidos ontem os trabalhos, o ministro marfinense dos Negócios Estrangeiros, Efy Amari, segue hoje de manhã para Luanda. E à tarde deverá ir ao Huambo, onde está agora a funcionar o quartel-general de Savimbi.

Na continuação de uma estratégia que vem desde há longas semanas, Houphouët-Boigny, há 33 anos na Presidência, "tentará saber" se acaso os líderes das duas partes em conflito não quererão ser eles próprios a assinar o documento que com

tanta dificuldade tem vindo a ser elaborado.

O velho estadista desejará repetir na sua terra natal, agora elevada à dignidade de capital, aquilo que o primeiro-ministro português, Cavaco Silva, fez em Lisboa no fim de Maio de 1991: pegar nas mãos de José Eduardo dos Santos e de Jonas Savimbi e "obrigá-los" a apertarem-nas, como se nesse gesto simbólico ficasse tudo resolvido.

A África vê geralmente mal que sejam outros a ter de resolver os seus próprios problemas; e, por isso, quer sempre dar uma ajuda nas negociações que visam acabar com os conflitos no continente. Foi assim o ano passado com o Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, em relação às negociações de paz para Moçambique. É é assim agora com o decano dos presidentes da África francófona, no que se refere a Angola.

Se tudo correr razoavelmente bem, o ministro Efy Amari estará amanhã de regresso à Costa do Marfim e até dia 30, com ou sem os líderes dos beligerantes, a representante em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Margaret Anstee, terá um texto de compromisso para ir a Nova Iorque entregar a Butros Butros-Ghali.

Nesse documento, negociado durante duas semanas com a mediação de Portugal, dos Estados Unidos e da Rússia, se deverá estipular como é que cessam as hostilidades reabertas no fim de Outubro do ano passado e como é que a ONU deverá enviar para solo angolano uns milhares de "capacetes azuis", sem os quais será aparentemente bastante difícil solidificar a paz.

Em Luanda, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, esclareceu ontem

que o Governo não permite a passagem de auxílio humanitário para as zonas controladas pela UNITA enquanto não houver um cessar-fogo: a interrupção de hostilidades solicitada pelo grupo de Savimbi, sem se chegar propriamente a um cessar-fogo, só serviria — alegou — para fortalecer os rebeldes.

Na sexta-feira à noite o Governo angolano anulou unilateralmente o artigo dos acordos de paz de há dois anos que proíbe aos signatários receber auxílio militar externo, tendo pedido às Nações Unidas "ajuda económica, material e técnica para a reconstrução e o desenvolvimento do país".

Luanda disse ter necessidade de equipar as Forças Armadas para "a defesa da soberania do Estado, do povo angolano e da democracia, ameaçados pela ambição pessoal de Jonas Savimbi". ■ J.M.

Viagem até ao fim da picada

PÚBLICO, 23 4 93

Das nossas enviados
César Camacho (texto)
e Alfredo Cunha (fotos)
na Gorongosa

Canda e Cavalo são dois grupos de povoações bem no coração do território controlado pela Renamo, a cerca de 30 quilómetros da Gorongosa. Ali, dizem os motoristas ao serviço do Comité Internacional da Cruz Vermelha, "é o fim da picada". Da Cidade da Beira até lá, os quatro poderosos camiões demoraram perto de cinco horas. A coluna chega ao local já noite cerrada e apenas se sabe da presença de gente ali pela gritaria de mulheres e crianças que aplaudem as equipas da Cruz

Vermelha. De manhã, para nós, é a surpresa. Estão ali mais de cinco mil pessoas, para receber mantas e ser vacinadas.

Largos meses se passaram antes que uma viatura pudessem transitar pela picada que liga a antiga Vila Paiva de Andrade (Gorongosa) ao povoado de Canda. A equipa de desminagem andou por ali um pouco mais de dois meses, já depois dos acordos de Roma entre o Governo e a Renamo. Trabalharam à média de um quilómetro por dia. No final, concluíram que naquela picada não estava nenhuma dos dois milhões de minas que tanto a Renamo como a Frelimo semearam por esse país fora.

Apesar da garantia dada pelos sapadores, passámos por zonas que ainda causam um aperto no estômago. O capim, com mais de três metros, invadiu a picada e só resta confiar em que os sapadores não tenham deixado

nem dois palmos de terreno por sondar.

As equipas médicas e de distribuição do CICV (Comité Internacional da Cruz Vermelha) fizeram quatro vezes este trajecto. No dia anterior ao programado para se proceder à vacinação das pessoas, Jacques Burkhard, responsável pelos trabalhos de campo, decidiu que os camiões carregados de mantas ficassem na aldeia e não na Gorongosa, para que no dia seguinte não os fossem encontrar vazios. Por isso arriscou fazer a travessia dos rios, a vau, já de noite.

Jacques tinha feito antes a batida do terreno e ele próprio conduziu o primeiro camião, servindo de guia aos restantes. A ponte sobre o rio Chitungo está destruída há muito tempo. A passagem do rio faz-se a vau e há alturas em que temos a sensação de que o camião vai tombar ou ficar preso nas grandes pedras ali colocadas para permitir ao rodado ter tracção.

Uma guerra suja

Marise Limoner, chefe de zona do CICV na Beira, participou na operação. Ela e Jacques trabalham nesta área há sete meses e esta foi a segunda operação no interior. Marise explica que foi muito

difícil convencer a Renamo a deixar passar os camiões. Diziam que os militares da Frelimo aproveitavam as colunas da Cruz Vermelha como salvo-conduto e, por isso, queriam que os donativos chegassem ao seu território por via aérea. Era uma modalidade com custos incontroláveis e quase nada rentável, dado que só poderiam utilizar pequenos aviões.

A situação agora modificou-se, mas há o problema das minas. A única equipa de desminagem não tem mãos a medir e a tarefa é ciclópica. Tem-se que muitos milhares desses engenhos, entre minas anticarro e antipessoal, fiquem por aí, à espera de qualquer inocente criatura que os faça explodir. A operação de distribuição de mantas e capulanas é feita depois da vacinação. Marise explica que, umas vezes, as mantas, outras, a distribuição de alimentos acabam por servir de engodo à vacinação. Se os géneros fossem distribuídos antes, corria-se o risco de muita gente "escapar" às vacinas.

Quando chegamos ao campo, ao nascer do Sol, não dá para acreditar no que temos à frente dos olhos. Estão ali concentradas mais de cinco mil pessoas, na sua maior parte

Continua na pág. 11

Continuação
da pág. 10

Viagem até ao fim da picada

velhos, mulheres e crianças. Os adultos mais jovens percebem-se logo que eram combatentes da Renamo.

Presente um comandante militar semifardado. >>>

>>> Perguntamos-lhe o nome e ele responde que ainda não deve dizer. Só confirma que é o maior responsável pelo sector. Quantos dos homens ali presentes são soldados? Todos. Ainda inquirimos quantos militares tem na zona. Diz que o devemos perguntar à divisão política. Pede um cigarro, desculpa-se com a necessidade de continuar a verificar "se tudo está a correr bem com os senhores da Cruz Vermelha" e afasta-se.

Além do comandante, há apenas dois homens com farda. Um veste fato de camuflado. Vê-se que foi passajado à altura dos bolsos do peito e no ombro. Quer dizer que foi tirado a um militar do Exército regular, abatido. Depois, foi uma questão de lavar o fato e coser os buracos feitos pelas balas.

Quadro chocante

A equipa médica instalou-se numa clareira aberta no dia anterior pelos habitantes da aldeia. Sob "supervisão do corpo administrativo da Renamo", apressa-se um deles a esclarecer. Mulheres, com os filhos às costas, em filas intermináveis, esperam a vez, pacientemente. Dirigem-se à série de bancas para receber o cartão de identificação e de saúde da Cruz Vermelha.

Ficamos a saber que a pri-

meira operação real de recenseamento acaba por ser feita pelo CICV. O jovem médico, José Soares, natural de Timor, está há vários anos em Moçambique, ao serviço da Unicef. Com a sua equipa, colabora com a Cruz Vermelha, realizando este programa básico de vacinação.

Embora já conheça expressões elementares do dialecto local, tem ao lado um enfermeiro que lhe traduz o que não entende. Uma das mulheres aproxima-se da banca. Diz o nome. A idade não sabe. "Nasceu mais ou menos...", olha para o Sol, "há muito tempo". Quanto ao filho, que vem às costas, chama-se José. José quê? Sebastião. O médico manda-a para a fila das vacinas. Mia faz um movimento com o corpo e, de dentro da capulana, surge outro bebé, pequeníssimo, que ela diz ter um ano. Ambos ficam vacinados contra boa parte das doenças infantis, mas não há nenhuma vacina contra a fome.

O médico comenta que toda esta gente vai precisar de ajuda alimentar durante muito mais tempo. Já choveu bastante, mas a maior parte dos camponeses não preparou as terras. "Quase ninguém fez machamba, porque as chuvas vieram antes da assinatura dos acordos de paz." A primeira campanha é sempre a que pode dar a segurança alimentar mínima. Pelo menos, agora, já há alguma esperança de as coisas melhorarem.

Perante nós está um impressionante quadro de miséria. É rara a mulher que, além do filho às costas, não traz mais três, por vezes quatro, agarrados aos farrapos que mal lhe cobrem o

corpo, em que são evidentes os sinais da subalimentação.

A bênção das mantas

Quando chega a altura de distribuir as mantas, pese o dramatismo da situação, é um espectáculo digno de ver. Jacques e os seus ajudantes dividem a população em vários grupos. "Toda a operação tem de ser bem orientada. Sabe-se que a manta pode significar a sobrevivência de muitos."

Um homem vem ter com Marise e diz-lhe que há gente que ficou em casa e ele pode levar as mantas deles. Marise já conhece uma incontável cartilha de artificios. Diz-lhe que não pode ser. O programa prevê a entrega de uma manta para duas pessoas e "vão distribuir uma a cada pessoa", incluindo as crianças. É uma peça por cabeça e as mulheres recebem também a capulana. O homem diz que também usa capulana. Acaba por ser uma discussão divertida, apesar de tudo.

Inicialmente, ainda fazem tentativas de voltar à fila, mas a contagem tinha sido feita e a malandrice não pega. De resto, os vigilantes da Renamo andam por ali e ninguém quer levar uma paulada. Impressiona ver toda aquela gente, sentada no chão, a olhar quase em adoração para os fardos que vão sendo descarregados dos camiões da Cruz Vermelha.

Quase quatro horas depois, as sessões de vacinação e distribuição estão terminadas. As equipas fazem a viagem de regresso e vão preparar-se pa-

ra outra. Para chegar a este final, gastou-se três dias, em planeamento, logística e execução. O comboio de camiões devia ter saído da Beira às cinco da manhã de terça-feira. Houve problemas com a operação de carregamento e acabámos por sair duas horas mais tarde, para a longa viagem até à Gorongosa, o fim da primeira etapa.

A estrada para esta vila apresenta suficiente ilustração do que foi esta guerra. Há autênticos cemitérios de camiões calcinados. As carcaças estão sempre em troços de estrada onde a configuração do terreno propicia a emboscada. O motorista indica-nos uma zona onde foi completamente destruída uma coluna de 50 camiões, apesar de ir escoltada por militares.

Mais à frente, fica a ponte sobre o rio Pungué. Uma obra do engenheiro Edgar Cardoso. Ninguém consegue justificar porque é que a ponte foi bombardeada por aviões MiG. As bombas fracturaram o tabuleiro entre dois arcos de sustentação. Agora, para os camiões passarem, instalaram uma espécie de degrau sobre as fracturas e os pesados veículos passam com mil cuidados.

Lá em baixo, no rio que leva um caudal mínimo, um soldado da Frelimo, completamente nu, trata de lavar a farda, pelos vistos a única que tem. Faz essa tarefa completamente indiferente à risota e dichotes das mulheres, que repararam que ele estava a ser fotografado como parte da paisagem. ■

Seis meses de atraso

PÚBLICO, 23 4 93

A APLICAÇÃO, passo a passo, do Acordo Geral de Paz para Moçambique, assinado em Roma em 4 de Outubro de 1992, encontra-se já com seis meses de atraso; e os trabalhos das comissões nele previstas estão suspensos desde o princípio de Março, por falta de comparência de representantes da Renamo.

O Presidente Joaquim Chissano disse esta semana a jornalistas que os trabalhos das comissões se encontram atrasados devido a "caprichos da Renamo". Mas o delegado do movimento em Lisboa, coronel Joaquim Vaz, retorquiu-nos ontem que "os caprichos são de Chissano" e que o seu grupo tem perto de 70 pessoas prestes

a avançar da Gorongosa para Maputo logo que o Governo lhe garanta as condições logísticas que tem vindo a exigir: mais casas amplas, comida em quantidade suficiente e meios de transportes.

Nações Unidas, Governo moçambicano e Renamo têm trocado entre si acusações de responsabilidade pela demora na aplicação do Acordo Geral de Paz, que em princípio deveria conduzir a eleições presidenciais e legislativas ainda este ano; eleições essas que já ninguém admite agora que se possam concretizar antes de Junho de 1994.

A Renamo diz que não inicia o acantonamento e desmobilização das suas forças enquan-

to não estiverem no terreno, pelo menos, 65 por cento dos quase 8.000 homens que a ONU prometeu colocar em Moçambique, para que fosse possível desarmar os antigos contendores e criar umas novas Forças Armadas, unificadas, com 15.000 homens de cada lado.

Nesta altura já deveriam estar desmobilizados todos aqueles que até Outubro último combateram sob a bandeira da Frelimo ou sob o pavilhão da Renamo, mas esse complicado trabalho está ainda por fazer, pois os perto de 110.000 combatentes (85.000 dos quais pertencem à parte governamental) nem sequer se acantonaram devidamente nos 49 locais inicialmente previstos.

A existência de tais tropas e a de uma grande quantidade de armas são consideradas um pesado fardo com que Moçambique terá de viver durante muitos meses mais, enquanto — noutra plano — será preciso concretizar as verbas necessárias para a reinstalação e reinserção social dos muitos que nos últimos 16 anos foram viver para longe das suas terras.

Muitos observadores continuam a acreditar que o processo de solidificação da paz só poderá ganhar um pouco mais de ímpeto se o Presidente Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, se encontrarem frente a frente, longamente, para limar arestas e acabar com os "caprichos". Mas tal reunião não foi possível de concretizar durante a última semana, nem o deverá ser na próxima, dado que Dhlakama se desloca em visita oficial à Alemanha de 26 a 29 de Abril. ■

Jorge Heitor
com João Ferraz, em Maputo

O circo da Pousada Azul

PÚBLICO,
23 4 93

ÀS CINCO da manhã deste dia 21 de Abril, a Gorongosa — aquela a quem os portugueses chamaram Vila Paiva de Andrade — parece ficção. "Este sítio é o coração da guerra deles", diz Hermínio Cruz, um português que dirige sem arredar pé, desde há dez anos, a Pousada Azul e a loja de comércio geral. É ali que vai parar toda a gente que chega e toda a gente que parte, quando parte. A Gorongosa foi até agora o centro da guerra e a Pousada Azul é o centro da Gorongosa. Chama-se "Pousada Azul" porque o dono, o senhor Fortes, é fiel seguidor do clube de futebol Os Belenenses.

Quando o primeiro sol afasta a bruma, começa a desenhar-se uma cintura de aldeamento de, estimam alguns, cerca de 20 mil pessoas. Censo exacto ninguém tem. Nesta madrugada, o nevoeiro mal deixa perceber as chamas baixas de dezenas de pequenas fogueiras à frente de cada palhota de colmo. São famílias que raramente terão menos de seis pessoas e as crianças pontificam. Um cenário indescritível.

As fogueiras servem quase só para cortar a humidade fria da madrugada. Fogueiras parcimoniosamente alimentadas. Mesmo a lenha para queimar é preciso ir procurá-la longe. Uma trabalhadora.

Hermínio Cruz fica contente por nos ver e ouvir, enquanto nós só queremos que ele fale. "A minha história não tem interesse nenhum." Silêncio. "Nasci em Moçambique, no Niassa. Fiquei por cá até conseguir a saída do último da família. Cá estou." Olha-nos à espera que perguntemos. Não perguntamos.

"Nestes últimos anos, isto foi um pagode. O jantar era quase sempre à hora a que as galinhas se deitavam, aí às cinco da tarde." Porquê? "Porra, tivesse contos de rei como vezes deixei o prato a meio." Aponta para uma espécie de estação de serviço com duas bombas de gasolina. "O primei-

ro ataque que a Renamo fez foi mesmo ali." São 15 metros entre as bombas e a casa. Dizemos-lhe que devia ter arranjado maneira de partir. "Se me tivesse ido embora, esta cambada ainda ficava pior. Só precisava de acertar no sítio onde me deitava, vestido e calçado, claro." Nunca lhe fizeram mal. Depois da "festa", tinha janelas sem vidros, buracos nas paredes. Da Beira não chegava ninguém... "Uma porra."

A fronteira

A Gorongosa parece representar uma linha de fronteira consagrada, hoje. Tem situações que tocam o ridículo. É o último posto de reabastecimento, sem dificuldades de maior desde a assinatura dos acordos de paz. À saída, na picada que dá acesso ao grupo de aldeias do interior, existe um posto de controlo. A imitar uma barreira a que a engenharia militar chama "cavalo de frisa", está uma cana que os soldados levantam quando chega alguém. É um procedimento que só acontece durante o dia. À noite, o controlo é dispensado e a Renamo não tem guarda do outro lado da cana, nem de dia nem de noite.

Na única rua que há na vila agora, cruzam-se e sabem quem são uns e quem são outros. Já nem sequer falta sentarem-se a jogar cartas. O apetite por paz é aqui muito mais sentido. No entanto, quando o dia começa a clarear vê-se passar homens com armas na mão. Alguns, à falta de uma, levam duas metralhadoras. São os guardas da noite, sabe-se lá de quê. O que se sabe é que a Renamo domina nesta região. Como também se sabe que a concentração de gente ultrapassou todas as previsões.

Esse concentracionismo de população verifi-

ca-se ao longo de quase todo o percurso, desde a Cidade da Beira até Chimoio e derivação para a Gorongosa. São centenas de quilómetros com populações implantadas junto às estradas, pela razão óbvia de reduzir a grandeza da fome. Por aqui não vale a pena perguntar às pessoas o que é que esperam amanhã. Toda a gente encolhe os ombros, em confrangedora apatia, representando um povo inteiro cansado de ser vítima da guerra.

Cuidado com ele

Numa das longas paragens à espera de melhor maneira para atravessar um rio, os motoristas da Cruz Vermelha Internacional juntam-se a conversar das viagens que têm feito. Um deles diz que o padrinho não gostava dele. Chama-se Castigo. Mas ri-se e diz que é "Castigo há mais de 40 anos". É por causa do nome dele contam uma história que pode acabar mal.

Explicam que é melhor chamar-se Castigo que ter o nome (olham-se e omitem o nome que iam a dizer) do gajo que enganou o homem da Renamo. "Cuidado com ele", explica o motorista José. O outro vendeu um rádio-gravador, muito barato, a um soldado da Renamo, quando passou num posto de controlo, já muito dentro da Gorongosa. O rádio não trabalhava, nem com pilhas nem com bateria, de maneira nenhuma. Agora "o outro", quando é escalado para viajar até à Gorongosa, arranja sempre uma doença, uma avaria no carro, ou troca com alguém que vá para mais longe ou em sentido contrário. E Castigo explica a rir: "Se eles vêm aqui, já sabe qual pode ser o castigo: até nem volta mais a casa. O homem da Renamo enganado faz engolir o rádio a ele." ■

César Camacho, na Gorongosa

Milhares de desmobilizados em Moçambique, sem dinheiro e com fome

Um dia esta gente perde a cabeça

PÚBLICO, 26 4 93

Dos nossos enviados
César Camacho
e Alfredo Cunha (fotos),
na Cidade da Beira

A comunidade internacional, o Governo de Moçambique e a Renamo têm nas mãos uma mistura explosiva. Milhares de homens desmobilizados, sem dinheiro e com fome. Com a agravante de muitos serem ao mesmo tempo desmobilizados e deslocados, enquanto outros são tudo: desmobilizados, deslocados e mutilados. Todos têm um factor comum: estão descontentes, sentem-se abandonados e banidos.

Estão temperados com todos os ingredientes capazes de os conduzir para o desastre.

"**T**emos aqui o diploma da guerra. Da escola, não temos." À nossa frente estão quase três centenas de homens. Foram desmobilizados. Mostram a caderneta militar, a que chamam o diploma da guerra, para provarem o dia em que os foram buscar a casa e o dia em que os abandonaram.

Abibo Ussune, 31 anos, é macua, foi recrutado em Monapo, uma povoação entre Nacala e Nampula, quando tinha 19 anos. Em 1985 foi desmobilizado com deficiências nos braços. Até hoje, a tropa não quis mais saber dele. Quando ele diz que é macua e que quer voltar à terra e à família, os companheiros gritam: "O Governo quando o

toi buscar gostou dele e agora nem o quer ver!"

Os outros são de Gaza, de Cabo Delgado, do Niassa, da Zambézia, de Maputo. São todos desenraizados e a administração militar prefere vê-los longe, enquanto a população local os escorraça.

Abibo Ussune diz que não pede nada a que não tenha direito. Pede o pré que o Estado lhe deve e uma maneira qualquer de regressar a Monapo, à sua aldeia. De resto é o que todos os outros dizem: "Queremos o nosso dinheiro e um emprego".

Agora constituiu-se uma associação de desmobilizados de guerra, com a missão de lutar por esta causa. O delegado da associação na Cidade da Beira, Henrique César Nhianala, faz os possíveis por acalmar os ânimos destes homens revoltados. Diz-lhes que é preciso usar a paciência em vez da violência.

Mas para esta gente a resposta dos chefes militares, sempre a mesma, já cansa: "Aguardem novas ordens". E muitos aguardam as tais novas ordens há mais de dez anos, sem ver

um centavo e sem arranjar emprego.

"Uma nova Saigão"

Respeitadas as proporções e as diferenças, a Cidade da Beira dá sinais de algum parentesco com Saigão, na fase em que não se sabia ao certo o que é que podia acontecer no dia seguinte. Muda-se de opinião e de causa do dia para a noite e assiste-se a toda a espécie de traficâncias.

No "Shunga-moio", uma espécie do mercado luandense de Roque Santeiro, tanto se pode comprar uma metralhadora por dez contos como trocá-la por uma saca de farinha desviada dos contingentes de auxílio alimentar. Todos sabem que muitos milicianos se dedicam durante a noite ao assalto à mão armada. Os ex-militares filiados na associação de desmobilizados ainda não chegaram a

Continua
na pág. 13

Continuação
da pág. 12

Um dia esta gente perde a cabeça

tanto, mas estão quase lá. Não deecem à rua de mão estendida. Reclamam e fazem-no em voz alta. Agora imagine-se uma metralhadora "AK" a falar alto.

Os homens que fomos encontrar no Dondo, a 30 quilómetros da Beira, ainda respeitavam a disciplina que lhes é aconselhada pelos dirigentes da associação, empenhada em resolver-lhes os problemas. Mas o próprio dirigente local, um oficial desmobilizado, reconhece que há um grande perigo nesta mistura de fome e desenraizamento das pessoas.

"É falso que eles não queiram regressar às suas terras. Haverá um caso ou outro. A maioria quer é ir para o seu lugar de origem". É o que diz o ex-oficial. E afirma que eternizar esta situação pode sair muito mais caro. "Um dia esta gente perde a cabeça e será muito difícil travá-los". Basta ouvir a exposição do ex-soldado Francisco. "Entre na tropa da Frelimo em 1980, em Inhaminga. Fui parar a Nampula. Em 1985, trouxeram-me para a Beira e fui desmobilizado. Até hoje. Não sei que coisa o Estado tem para me compensar. Nunca me deu nada. Nem sapato [sic]. Andei dois anos a procurar emprego e só diziam que precisavam

de mais classe [habilitação escolar]. Eu só tinha a quarta, que serviu quando tinha 17 anos e me deram a arma. Agora preciso mais classe e pergunto: a guerra deixou-me ir à escola?".

Na listagem que vimos dos homens inscritos na associação dos desmobilizados de guerra estão assinalados os dados de habilitação escolar e profissional. Excepto um caso de ex-oficial, a média de habilitação escolar flutua entre a quarta e a sexta classe, representando o ensino primário.

Muitos deles foram tirados da própria escola para a guerra, ainda mal feitos os 15 anos. Daniel, agora com 25 anos, diz que "veio criança" para a guerra. Insiste em que precisa de voltar à escola. E Daniel já não é a criança de há dez anos. Traz no rosto sinais de grandes privações, está descalço, não tem que vestir e pergunta se lhe resta pegar na arma e roubar.

"Se quiséssemos, já podíamos ter destruído a maior parte das casas aqui com metralhadora ou com morteiro. Estamos a ser pacientes. Só queremos o nosso dinheiro, sapatos e emprego. Queremos ir para casa". O homem que fala é aplaudido por todos os outros, especialmente quando diz que "anda-

ram por esse mato fora, a recuperar pessoas (da Renamo) e esses agora até têm motorizada e alguns têm mesmo uma loja. Nós não temos nada".

Curiosidade é que a associação tem inscritos homens da Renamo e da Frelimo. Percebe-se que ainda é com dificuldade que se juntam, agora para outro tipo de luta, contra o governo. Quando o chefe provincial da associação lhes aconselha moderação e disciplina, dizendo-lhes que o governo argumenta com falta de fundos para lhes pagar, eles gritam que "alguém anda a roubar o que é deles".

"Vamos pedir esmola"

Os sinais de desespero são evidentes. Henrique César, quando se despede dos seus parceiros de infortúnio, faz um apelo para ninguém recorrer à violência "Vamos percorrer embaixada por embaixada consulado por consulado, mostramos e pedir ajuda aos governos estrangeiros. Há-de perceber que a nossa situação é crítica".

Pior é que as fileiras dos descontentes vão engrossando todos os dias e o processo de desmobilização e acantonamento nem sequer começou. Estas centenas de homens correspon-

dem a desmobilizações anteriores aos acordos de Roma.

Os responsáveis das Nações Unidas olham este quadro com verdadeira apreensão, porque não há um registo fiel de efectivos, tanto como não há registo de armamento. O descontentamento entre os militares estende-se aos mutilados de guerra.

Mostram uma carta de um soldado publicada na revista Tempo do passado dia 14. Um mutilado de guerra com as pernas amputadas e com cem por cento de incapacidade, sendo alferes, recebe 249 mil meticais (cerca de 12 contos). Um alferes com 20 por cento de incapacidade por ferimentos sem amputação recebe a mesma pensão. Pergunta que critério é usado para definir os prejuízos causados no corpo, perda de braços da vista, órgãos genitais, se depois a pensão é atribuída em função do posto ou da patente.

Talvez por todas estas diferenças a associação pretenda agora estabelecer contacto com instituições portuguesas similares, caso da Associação dos Deficientes das Forças Armadas e Liga dos Combatentes. Querem pedir-lhes ajuda. São ainda tentativas para evitar que os grupos de desmobilizados se transformem em bandidos armados. ■

A lua cheia de dois dias iluminava a noite quando o usado comboio de passageiros largou da cidade capital rumo à vila de Ressano Garcia, na fronteira com a África do Sul.

Na velha estação de estilo colonial o recheio deste trem descaracterizava-se. Já não eram os "majonjone", mineiros moçambicanos nas terras do Rand, que ocupavam a maioria das carruagens (de terceira e segunda classes). Em vésperas de fim-de-semana, mulheres e homens, alguns com filhos e malas, fazem a viagem de regresso ou para visitar a família em qualquer das vilas e aldeias por onde passa o comboio até chegar a Ressano Garcia.

São quatro horas de viagem, de momentos quase mágicos. A passagem do comboio por qualquer um dos 16 apeadeiros é agora, todos os dias, uma festa.

Os cenários dantescos de carruagens esventradas e corpos trucidados espalhados pelo capim verde são ainda memória presente, mas lembrança que se quer do passado.

Não mais cartas espa-

O COMBOIO APITOU TRÊS VEZES

Durante muitos anos, viajar de comboio no traço de 150 quilómetros, entre Maputo e a vila fronteiriça de Ressano Garcia constituía um risco de morte. Maquinistas e passageiros, foram vítimas de inúmeras ataques da RENAMO. Um dia destes, o repórter da SÁBADO fez a viagem. Em tempo de paz...

SÁBADO, 23-29. 4.93

lhadas na terra ensanguentada cujo destinatário jamais as receberá. Como aquela que há cerca de três anos, um jornalista moçambicano apanhou junto a uma composição que tinha accionado uma mina, "palavras ansiosas de Ilda a Fernando para dizer: tenho grávida."

"Dois beijos de felicidade e dois de amor" terminava a mensagem, gritando auxílio no verde imenso do vale entre Movené e Chanculo, a 15 km de Ressano Garcia.

As emboscadas agora são outras. Pertencem aos meninos do sonho e da fantasia. A uns quinhentos metros da estação, aí estão eles, de olho atento e perna ligeira. O apito da locomotiva ao longe é o aviso e ao abrandar da marcha é vê-los, quais trape-

zistas de circo, saltar para os estribos em gritos de satisfação e imprudência.

Com o luar como bandeira, assim entram, triunfalmente, na estação.

Aqui, a agitação e movimento são enormes. Bandejas com apetitosas maçarocas ou badjias fritas são oferecidas aos passageiros pendurados à janela, por raparigas de capulanas e lenços coloridos.

"Palmar, 100! Palmar, 100! - cigarro a retalho", apregoam homens de palmo e meio.

À chegada a Ressano Garcia somos envolvidos pela música vinda de todas as direcções. Não se sabe bem onde termina a estação e começam as "barracas", como são conhecidos os aglomerados, tipo feira, onde se come, bebe, dança e se fazem amigos.

Foi aí na "barraca" do sr. Betinho, baptizada por ele como a "Taverna de Los Amigos", por gostar muito de cowboyadas, como nos confidenciou, que temperámos o estômago e ouvimos estórias desta vila fronteiriça.

"Aqui sofremos sete ataques e só depois da visita da sra. Maria Barroso é que tivemos paz" explica o sr. Goveris, um comerciante mulato com grande orgulho na sua ascendência grega.

Continua na pág. 14

Guiné-Bissau

Continuação da pág. 13

PÚBLICO, 20 4 93

Líder da oposição permanece detido

JOÃO DA COSTA, presidente do Partido para a Renovação e Desenvolvimento (PRD) e coordenador do Fórum Democrático, completa hoje o sétimo dia de prisão sob total incomunicabilidade. O seu avogado, familiares e líderes da oposição tentaram ao longo destes dias uma autorização para o visitar, mas em vão.

Uma delegação do Fórum, instância de concertação dos partidos da oposição, formada por Rafael Barbosa e Victor Saúde Maria, foi ontem informada pelo Presidente "Nino" Vieira de que João da Costa só poderá ser visitado ou ter uma assistência jurídica quando a comissão de inqué-

rito terminar os seus trabalhos, o que em princípio só vai acontecer daqui a alguns dias. Quanto a esta comissão de inquérito, tem havido grande celeuma, por ninguém saber de quem depende. O próprio Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que a dirige, afirma não saber.

A pouco mais de um mês da data que no início do ano fora proposta pelo poder para a realização das primeiras eleições, as Nações Unidas, na sua qualidade de coordenador do financiamento do processo eleitoral, decidiram suspender a ajuda que deveria permitir tal operação. O PÚBLICO soube ontem em Bissau

que são várias as razões, mas o abandono pela oposição da Comissão Nacional Eleitoral foi determinante. Técnicos estrangeiros ligados à fase inicial de preparação das eleições, que até há duas semanas estavam satisfeitos com o clima político, são unânimes em afirmar que neste momento não há condições para avançar com o processo. Está tudo bloqueado e a tendência é para um adiamento sine die — revelou ao PÚBLICO um alto funcionário do PNUD, que lamentou os prejuízos económicos e sociais que poderão advir com a delicada situação criada com o caso 17 de Março.

A equipa de consultores das Nações Unidas chefiada pelo brasileiro José Júlio dos Reis, que se encontrava no país para contactos com os partidos políticos e com o Governo com vista à montagem da operação eleições, deixou ontem Bissau sem data de regresso.

O terramoto político que abala a Guiné-Bissau desde o mês passado deixou perplexa a comunidade internacional, pois estavam já garantidos para as eleições três milhões de dólares, faltando pouco mais de dois milhões para o orçamento inicialmente previsto. ■

António Soares Lopes, em Bissau

Continuação da pág. 13

O COMBOIO APITOU TRÊS VEZES

O próprio Betinho relata que num dos assaltos da RENAMO à vila, ele, a mulher e os filhos se esconderam por cima dos armários dos quartos, durante horas e assim conseguiram escapar com vida.

Mas hoje Ressano Garcia respira de alívio e vive tranquila, ao ritmo manso dos moçambicanos.

O velho sapateiro, consertando sapatos desde 1958, é com um sorriso rasgado que conta como se abriam covas nas estradas e nos montes para fugirem aos tiros.

Na barbearia do sr. Matevula, com as portas abertas desde 1951, hoje faz-se a barba por mil meticais, pintam-se unhas por 500 e corte à "Panqui", como está escrito numa tabuleta de

cartão, por 2500.

Porém, o grande pólo de desenvolvimento de Ressano Garcia é a fronteira. No dia em que lá estivemos, uma fila de mais de cem viaturas, algumas delas com barcos atrelados, aguardavam do lado sul africano, em Komatiport, as penosas burocracias aduaneiras e alfandegárias. Os seus ocupantes, são sul-africanos ansiosos por um

programa de fim-de-semana de mar e sol numa das muitas e belas praias do Sul de Moçambique.

Alguns atravessam a

Libertação em Bissau

MANUEL RAMBOUT Barcelos, dirigente do Partido para a Renovação e Desenvolvimento (PRD) da Guiné-Bissau, na oposição, detido no domingo, foi solto ontem e vai aguardar julgamento em liberdade — anunciou a agência Lusa. A detenção surgiu na sequência de outras efectuadas desde o dia 14, entre elas a de João da Costa, presidente do PRD, desde então preso e sob total incomunicabilidade. Segundo a Lusa, João da Costa, que sofre de hipertensão, sentiu-se mal na noite de segunda-feira e ontem de manhã o médico incumbido de o assistir aconselhou a comissão de inquérito à alegada tentativa de golpe de 17 de Março a adiar para amanhã a sua sessão. ■

PÚBLICO, 21 4 93

fronteira a pé. São moçambicanos. Entre eles "magalças" ou "majonjone", como é chamado todo aquele que importou das minas da África do Sul não só o corpo dorido e os pulmões gastos, mas também a roupa colorida e o chapéu jingão que os distingue dos demais.

Em Ressano Garcia apanham o comboio dos vários destinos.

Agora a viagem neste comboio tem a paz por companheira. □

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Riquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. - Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. - Tel. (021)531-2636 e 531-2000/R. 259, Fax (021)531-2155 - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250,00; Instituições nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00 - We ask for exchange